



GESTÃO
2013/2015
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

enammat

Escola Nacional de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

GESTÃO 2013/2015

DIRETOR

Ministro João Oreste Dalazen

VICE-DIRETOR

Ministra Kátia Magalhães Arruda

APRESENTAÇÃO





A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) deu continuidade às suas ações no ano de 2015, durante a gestão correspondente ao biênio 2013/2015, que se encerrou em abril deste ano. Nesse período de 2015, desenvolveu ações voltadas para a Formação Inicial e, também, para a área de tecnologia, com o fim de facilitar a busca de informações sobre questões de interesse dos magistrados, publicando no site da ENAMAT conteúdo de eventos formativos realizados.

O presente relatório do final da gestão do Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT no biênio 2013/2015, complementa os anteriormente publicados (de abril a dezembro de 2013 e de janeiro a dezembro de 2014) e apresenta as atividades executadas neste ano até a data de encerramento da administração.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO _____	11
FORMAÇÃO INICIAL _____	13
18.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL _____	13
TV ENAMAT _____	59
BIBLIOTECA <i>ON LINE</i> DA ENAMAT _____	60
ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT _____	61
PALESTRAS REALIZADAS _____	65





GESTÃO 2013/2015

DIRETOR

Ministro João Oreste Dalazen

VICE-DIRETOR

Ministra Kátia Magalhães Arruda



COMPOSIÇÃO

GESTÃO 2013/2015

DIREÇÃO DA ENAMAT



MINISTRO JOÃO ORESTE DALAZEN
Diretor da ENAMAT



MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
Vice-Diretora da ENAMAT

CONSELHO CONSULTIVO



Ministro Lelio Bentes Correa



**Ministro Luiz Philippe Vieira
de Mello Filho**



**Ministro Augusto César Leite
de Carvalho**



**Desembargador André Genn
de Assunção Barros**
TRT da 6.ª Região



**Desembargadora Flávia
Simões Falcão**
TRT da 10.ª Região



**Juiz do Trabalho Marcos
Neves Fava**
TRT da 2.ª Região



FORMAÇÃO INICIAL

18.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

23 de fevereiro a 27 de março



Foto oficial do 18.º Curso de Formação Inicial

Participaram do 18º Curso de Formação Inicial 87 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

- 2.ª Região (49 Juízes)
- 3.ª Região (23 Juízes)
- 8.ª Região (3 Juízes)
- 14.ª Região (2 Juízes)
- 15.ª Região (1 Juiz)
- 18.ª Região (3 Juízes)
- 23.ª Região (6 Juízes)

O Curso contou com um número recorde de alunos inscritos e teve a duração de 184 horas-aula.

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO

• A Importância da Formação Profissional para os Magistrados (1 hora-aula)

Os Alunos-Juizes desenvolveram nessa aula a competência: de apoiar a formação inicial e continuada para a aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente.

• Os Deveres dos Juizes durante o CFI (1 hora-aula)

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava –
Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor
da ENAMAT*

Nessa aula, o Juiz Marcos Fava apresentou aos Alunos-Juizes as atitudes relacionadas aos encargos da participação no Curso de Formação Inicial e esclareceu sobre a frequência obrigatória às aulas, tendo em vista o melhor desenvolvimento das atividades e a efetiva aprendizagem para a aquisição das competências necessárias ao exercício da jurisdição.

• Apresentação da Escola (1 hora-aula)

Instrutores:

*Gestores e servidores da Subsecretaria Administrativo-
Acadêmica da ENAMAT*

Na aula foram apresentados os seguintes tópicos:

- informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional;
- cronograma dos blocos presenciais e do bloco à distância (EAD-AI-PJe);
- orientações sobre frequência e aproveitamento;
- distribuição de material didático;
- visita às instalações;
- orientações sobre hospedagem;
- orientações sobre transporte;
- orientações sobre segurança;
- orientações sobre refeições;
- informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica



CERIMÔNIA DE ABERTURA

O 18º Curso de Formação Inicial (CFI) promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) começou no dia 23 de fevereiro de 2015, com conferência e debates sobre o novo Código de Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho.

Participaram da abertura do evento o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro Antonio José de Barros Levenhagen; o Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen; e vários Ministros do TST.

O Presidente do TST, que foi diretor da ENAMAT no biênio 2009/2011, ao se dirigir



Mesa de Honra do 18.º Curso de Formação Inicial

aos novos magistrados, falou da importância da Escola Nacional na formação dos Juízes e destacou a relevância do trabalho executado pelo Juiz de primeiro grau que, em contato direto com o jurisdicionado, é a verdadeira “vitrine do Poder Judiciário”.

O Ministro Dalazen, por sua vez, destacou que o CFI tem por finalidade ensinar aos que ingressam na magistratura a serem Juízes, tendo em vista que “o espinhoso ofício de julgar não se ensina nos bancos das faculdades”.

O Diretor da Escola Nacional tratou também da necessidade do constante aprimoramento dos Juízes e, nesse sentido, destacou a importância das Escolas Judiciais e da ENAMAT, que, segundo ele, “representa um verdadeiro oásis do cenário nacional na educação judicial”.

O Ministro Dalazen ressaltou que o Processo Judicial Eletrônico, já instalado em todos os Tribunais Regionais e na quase totalidade das Varas do Trabalho, será um dos tópicos especiais de estudo dos novos magistrados. Disse que o 18º CFI foi reformulado, atendendo às sugestões dos alunos, e passou a dedicar mais horas para estudos práticos em laboratórios, representando 1/3 da carga horária total do curso.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA



Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A conferência de abertura do 18.º CFI foi proferida pelo Professor Doutor Cassio Scarpinella Bueno, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

O conferencista tratou da estrutura do novo Código de Processo Civil (CPC) e analisou as novidades nele contidas, especialmente relacionadas aos temas honorários advocatícios, intervenção de terceiros, tutela antecipada, cumprimento de sentença e processo de execução, abordando, ainda, os meios alternativos de solução de conflitos.



Ministros do TST e Alunos-Juizes participam da cerimônia de Abertura do 18.º CFI



Alunos-Juizes do 18.º Curso de Formação Inicial

DISCIPLINAS E PROFESSORES

• O Novo CPC e o Processo do Trabalho (3 horas-aula)

PAINEL

Coordenador:

*Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST e
Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT*

Participantes:

*Desembargador do Trabalho Edilton Meireles de
Oliveira Santos – TRT 5ª Região*

*Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira
– TRT 6ª Região*

*Professor Doutor Estevão Mallet – Universidade de
São Paulo (USP)*

Após a conferência de abertura houve a apresentação do painel O Novo CPC e o Processo do Trabalho, que teve a mediação do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do TST, coordenador, e a participação dos Desembargadores do Trabalho Edilton Meireles, do TRT da 5.ª Região (BA), e Sérgio Torres Teixeira, do TRT da 6.ª Região (PE), como também do Professor Doutor Estevão Mallet, da Universidade de São Paulo (USP). Os debates visaram levantar as principais questões do novo código, em sua aplicação ao processo do trabalho.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do TST; Desembargador do Trabalho Edilton Meireles, do TRT da 5ª Região (BA); Desembargador Sérgio Torres Teixeira, do TRT da 6ª Região (PE); e Professor Doutor Estevão Mallet, da Universidade de São Paulo (USP)

• Linguagem Jurídica (3 horas-aula)

Instrutor:

Professor Adalberto José Kaspary

O Professor Adalberto José Kaspary, formado em Direito e em Letras Clássicas (Latim, Português e Grego), ministrou aula sobre redação de textos judiciário-trabalhistas, com ênfase na estrutura e na linguagem mais adequada às sentenças, de forma a proporcionar uma eficaz prestação jurisdicional.

Foram analisadas, exemplificadas e discutidas diversas questões da língua portuguesa, como: atributos da Linguagem Jurídica, especialmente concisão, precisão, coesão, coerência e pertinência; estrutura do texto argumentativo; diferença entre a linguagem do magistrado e as do advogado, do procurador, do doutrinador e do legislador; morfossintaxe – flexão e concordância verbal, significado e regência de verbos usuais, representação correta de palavras e expressões da linguagem jurídico-trabalhista.



Professor Adalberto José Kaspary ministra aula no 18.º CFI

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Aspectos Práticos das Ações Coletivas na Justiça do Trabalho

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
– Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*

O Juiz Marcos Neves Fava, membro de Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT, falou sobre os aspectos práticos das ações coletivas na Justiça do Trabalho, conteúdo que faz parte do módulo Temas Contemporâneos.

Ele fez um breve relato da evolução das ações coletivas e falou sobre categorias de interesse, contextualização e danos transindividuais, entre outros. O Juiz destacou que a ação coletiva pode ser usada para quase todos os pedidos na Justiça do Trabalho e que esta é a tendência para as ações futuras. “No mundo atual, as vozes isoladas nada representam. As vozes coletivas é que têm força”, afirmou.



Juiz Marcos Neves Fava, membro de Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT

• Economia e Trabalho (3 horas-aula)

Economia, Produção e Políticas do Trabalho na Era da Globalização

Coordenadora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST e Vice-Diretora da ENAMAT

Participantes:

- Professor Doutor Márcio Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo/SP

- Professor Doutor Hélio Zylberstajn – Universidade de São Paulo (USP)

Os Alunos-Juizes assistiram ao painel Economia e Trabalho, coordenado pela Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT. O painel contou com a participação do Professor Doutor Márcio Pochmann, Presidente da Fundação Perseu Abramo – SP, e do Professor Doutor Hélio Zylberstajn, da Universidade de São Paulo (USP).

O tema em debate foi Economia, produção e políticas do trabalho na era da globalização. Os palestrantes apresentaram aos novos magistrados conceitos de economia do trabalho e mercado de trabalho.

Segundo o Professor Márcio, a discussão é importante para que os Juizes possam apreender melhor como pensam os economistas, o que lhes permitirá utilizar as ferramentas desse ramo da ciência para maior compreensão de questões a ele pertinentes quando integrantes dos litígios trabalhistas.



Professor Doutor Márcio Pochmann, Presidente da Fundação Perseu Abramo – SP; Ministra Kátia Magalhães Arruda, do TST e Vice-Diretora da ENAMAT; e Professor Doutor Hélio Zylberstajn, da Universidade de São Paulo (USP)

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)***Direitos Humanos e Direito do Trabalho***

Instrutora:

Professora Doutora Eloísa Machado de Almeida – Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Professora Doutora Eloísa Machado de Almeida,
da Fundação Getúlio Vargas



Alunos-Juizes assistem à aula sobre Direitos Humanos
e Direitos do Trabalho

• Teoria Geral do Juízo Conciliatório (5 horas-aula)***Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho***

Instrutores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4ª VT de Chapecó/SC

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 47ª VT de Belo Horizonte/MG



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini

- **Laboratório Judicial (7 horas-aula)**

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista - Parte I

Instrutores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4ª VT de Chapecó/SC

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 47ª VT de Belo Horizonte/MG

No 18.º CFI, os Alunos-Juízes tiveram mais uma vez aula que desenvolveu a questão relativa aos Temas Contemporâneos, cujo objetivo foi a atualização em assuntos que hoje se mostram relevantes para a jurisdição trabalhista. Na oportunidade, os alunos estudaram a questão relacionada aos direitos humanos e Direito do Trabalho com a Professora Doutora Eloísa Machado de Almeida, que atua na Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Professora Eloísa expôs as principais questões sobre o tema e no final houve debates em que os participantes suscitaram e esclareceram dúvidas diversas.

Em outra atividade, o importante método de solução dos conflitos trabalhistas recebeu, mais uma vez, no Curso de Formação Inicial, atenção especial. Os Juízes que ministraram a aula, Adriana Goulart de Sena Orsini e Giovanni Olsson, expuseram teoria que ofereceram subsídios para a prática conciliatória consciente e responsável.

Após tomarem conhecimento dos aspectos teóricos, os alunos participaram da primeira parte da oficina de conciliação, com duração de sete horas, sob a coordenação também dos Juízes Giovanni Olsson e Adriana Goulart, que desenvolveram atividades práticas mediante simulações de audiências de conciliaórias.

Ao longo do 18.º CFI, os 87 magistrados participaram de 55 horas de estudos em laboratórios, que envolveram temáticas de conciliação, instrução e decisão processual.



Alunos-Juízes participam de oficina de Conciliação Judicial Trabalhista



Alunos-Juízes desenvolvem atividades práticas sobre Conciliação Judicial Trabalhista

- **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (1 hora-aula)**

- *O Juiz e a Mídia*

Instrutor:

Renato Parente – Assessor de Imprensa



Renato Parente

Em aula sobre o tema O Juiz e a Mídia, o assessor de imprensa Renato Parente, expôs aos Alunos-Juizes do 18.º CFI as questões que permeiam o relacionamento dos magistrados com os diversos meios de comunicação social, com o fim de prepará-los para, no exercício da jurisdição, interagir com tais meios de forma eficaz, ou seja, com domínio dos aspectos teóricos e conhecimento de técnicas que lhes permitam expor com clareza e objetividade o conteúdo pretendido, relacionarem-se bem com os profissionais da Mídia e, com isso, preservarem a imagem institucional da Justiça do Trabalho.

- **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

- *Aspectos Constitucionais das Relações de Trabalho*

Instrutora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto – 19ª VT de Brasília/DF



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto

Aspectos Constitucionais das Relações de Trabalho foi o tema da aula ministrada pela Juíza Titular da 19.ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, Noêmia Aparecida Garcia Porto, que examinou outro dos temas contemporâneos aplicados à jurisdição trabalhista tratados no Curso de Formação Inicial.

O assunto tratado constituiu-se de suma relevância para o exercício jurisdicional, pois trouxe à análise os tópicos mais atuais a respeito da questão, com estudo crítico das modificações introduzidas na Carta Magna e suas aplicações na Justiça do Trabalho, questões sempre de grande interesse dos participantes.

O 18.º CFI contemplou em seu programa a disciplina Psicologia Judiciária Aplicada para que os Alunos-Juizes viessem a reconhecer os aspectos metológicos do testemunho judiciário e a veiculação dos sintomas no conflito judiciário trabalhista contemporâneo.

- **Psicologia Judiciária Aplicada (4 horas-aula)**

- *As Expectativas Individuais e Sociais dos Atores como Determinantes de suas Condutas no Litígio Trabalhista*
- *A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas*
- *Psicologia do Testemunho: Técnicas de Entrevista Cognitiva*

Instrutora:

Doutora Graziella Ambrosio – Advogada



Renato Parente

A aula foi ministrada pela advogada Graziella Ambrósio, que focalizou os aspectos relacionados às expectativas individuais e sociais dos atores como determinantes de suas condutas no litígio trabalhista e à judicialização dos sintomas atuais nas demandas trabalhistas. A instrutora realizou exposição sobre essas questões para todos os participantes do curso, no auditório da ENAMAT, e trabalhou com eles as técnicas de entrevista cognitiva, importante tópico para os Juízes na condução de audiências, que requerem o testemunho de pessoas no processo trabalhista.



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto



Alunos-Juizes realizam trabalhos em Oficina de Decisão Processual – Parte IV

• Laboratório Judicial

Oficina de Decisão Processual – Parte IV

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*

Os participantes resolveram problema prático de sentença trabalhista na oficina de decisão processual, sob a coordenação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava.

Eles debateram soluções para cada um dos aspectos de uma sentença virtual, que envolvia ação civil pública movida pelo sindicato de vigilantes em busca de regularização da jornada de trabalho dos profissionais dessa categoria, com base em normas coletivas. Assuntos como a adequação da ação coletiva para essa finalidade e a indenização por danos morais coletivos tomaram lugar nas discussões.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

- **Preservação Documental (2 horas-aula)**

Metodologia da Leitura dos Processos: Uma Abordagem Historiográfica. Preservação e Gestão Documental

Instrutora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Cristina Caixeta – 20ª VT de Belo Horizonte/MG



Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Cristina Caixeta

Preservação Documental na Justiça do Trabalho e Hermenêutica Constitucional foram temas examinados na segunda semana do 18.º CFI, quando se realizou análise de questões relevantes para a formação dos Alunos-Juízes.

A Juíza Titular da 20.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte – 3.ª Região apresentou os aspectos mais importantes da preservação documental e os esforços que a Justiça do Trabalho vem empreendendo nessa área. Com os esclarecimentos, os Juízes tornaram-se mais aptos a auxiliar no resgate e na construção da memória institucional, uma vez que lidam permanentemente com os documentos históricos que constroem a trajetória da Justiça do Trabalho.

“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma Memória.”

José Saramago

Citação final

• **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais – Aspectos Teóricos (4 horas-aula)**

- *Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito*

- *Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais*

Instrutor:

Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Depois eles debruçaram-se sobre questões relacionadas à hermenêutica constitucional, na jurisdição em direitos fundamentais, acompanhando a aula ministrada pelo professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante, da Universidade Federal de Minas Gerais.

A análise das diversas técnicas de hermenêutica disponíveis aos Juízes amplia seus horizontes, sobretudo no julgamento das questões mais complexas com que se verão a braços no exercício da judicatura. Durante o Curso, os Alunos-Juízes enfrentaram duas vezes essa temática. Além da aula voltada para aspectos teóricos do problema, os magistrados encontraram-se com o Ministro José Roberto Freire Pimenta, com o fim de exercitar as ferramentas adquiridas em debates de casos concretos julgados pelas instâncias da Justiça do Trabalho.



Ministro Hugo Carlos Scheuermann



Professor Doutor Thomas da Rosa de Bustamante

• **Técnica de Instrução Trabalhista (3 horas-aula)**
A Justiça do Trabalho e a Prova

Instrutor:

Ministro Hugo Carlos Scheuermann – TST

Os Alunos-Juízes do 18.º Curso de Formação Inicial da ENAMAT prosseguiram nessa etapa suas atividades, entre as cinco componentes do Curso relacionadas a práticas de atividade judiciária.

Foram aplicadas técnicas de instrução processual, em aula conduzida pelo Ministro Hugo Carlos Scheuermann. Conhecer adequadamente as mais diversas técnicas de instrução processual é de grande importância para o Juiz do Trabalho, cuja rotina envolve, em regra, a realização de várias audiências diárias.

Os Alunos-Juízes puderam conhecer e aprofundar-se em métodos de instrução processual trabalhista, aproveitando a experiência do Ministro Scheuermann, que exerceu a judicatura em primeiro grau por 14 anos e, desde 1995, lecionou em cursos com temática voltada principalmente para o Direito Processual do Trabalho em instituições de ensino superior renomadas, assim como na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho (FEMARGS) e na Escola Judicial do TRT da 4.ª Região.



Juízes Titulares de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira e Hermann de Araújo Hackradt



Alunos-Juízes do 18.º CFI em Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista

• Laboratório Judicial (4 horas-aula)

A Justiça do Trabalho e a Prova

Instrutores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2ª VT de Recife/PE

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN

Ainda no decorrer do 18.º CFI, os alunos experimentaram oficina de conciliação, sob a coordenação dos Professores Juízes Titulares de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira e Hermann de Araújo Hackradt, que desenvolveram, por quatro horas, simulações de audiências conciliatórias e de solução de problemas práticos relacionados a essa fase do processo. A finalidade foi desenvolver nos alunos a competência para que realizem no exercício profissional, com ética e eficiência, a solução de conflitos por meio de conciliação. Na oficina, os instrutores lançaram mão de várias técnicas, como dinâmicas de grupo, estudo de caso e simulação.



Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza



Oficina de Decisão Processual desenvolve habilidades práticas nos Alunos-Juízes



Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos

• **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**
Oficina de Decisão Processual – Parte II
- Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista

Instrutoras:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10ª Região

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire Pimenta – Auxiliar da Presidência do TST

As atividades do Curso de Formação Inicial da ENAMAT, em sua 18.ª edição, voltaram-se para o enfrentamento destas três finalidades: aprender, aprender a ser, aprender a fazer.

A segunda semana do módulo nacional de preparação dos novos juízes do trabalho brasileiros envolveu ações de aprender a fazer.

Sob a coordenação da Desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos e da Juíza Titular Adriana de Souza Campos Freire Pimenta, instrutoras, desenvolveu-se a oficina de decisão processual, que teve por tema os problemas da fase de conhecimento do processo trabalhista. A dinâmica da oficina, com nítida aptidão prática, baseou-se na leitura e discussão de problemas concretos, plausíveis para a jurisdição real. Os novos juízes refletiram, decidiram, opinaram e debateram com as experientes instrutoras as soluções a que se inclinavam em cada hipótese.

Aprender a fazer, no entanto, na jurisdição, não se limita apenas a técnicas de processo do trabalho. O Juiz é o administrador da unidade judiciária de que se encarrega, necessitando, por isso, de conhecimento de técnicas de organização; relacionamento interpessoal; métodos de atribuição e controle de tarefas; e instrumentos de avaliação de seus subordinados, os servidores das secretarias.

Para introduzir os Alunos-Juízes nos temas do amplo universo da administração judiciária, aulas foram dedicadas a discussões sobre a gestão de pessoas como instrumento de qualidade de vida. A instrutora Fernanda Gomes Ferreira, servidora da 12.ª Região, onde já atuou como Secretária de Gestão de Pessoas e milita na área de planejamento estratégico, dividiu com os magistrados sua experiência e seu conhecimento técnico na administração de pessoal.



Fernanda Gomes Ferreira ministra aula sobre gestão de pessoas



Alunos-Juizes participam de aula sobre gestão de pessoas

• Administração Judiciária

- *Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho*
- *Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho*

Instrutora:

Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do TRT da 12ª Região



Procurador Federal Eduardo Rocha Dias

• Educação Financeira e Previdenciária (2 horas-aula)

Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público

Instrutor:

Procurador Federal Eduardo Rocha Dias – Advocacia Geral da União (AGU)

Os Alunos-Juizes se ocuparam também do estudo de dois assuntos no Curso de Formação Inicial.

Inicialmente, o instrutor Eduardo Rocha Dias, Procurador Federal da Advocacia Geral da União, apresentou o perfil da Previdência Pública, aplicada à carreira da magistratura federal, possibilitando o reconhecimento e o debate de temas práticos, interessantes aos novos magistrados, admitidos após a Emenda Constitucional n.º 41/2003.



Juiz do Trabalho Substituto Alessandro da Silva



Desembargador Marcio Tulio Viana

• **Técnica de Instrução Trabalhista (2 horas-aula)**
Acidentes e Doenças do Trabalho: Instrução Processual

Instrutor:

*Juiz do Trabalho Substituto Alessandro da Silva – 2ª
 VT de São José/SC*

• **Técnica de Instrução Trabalhista (3 horas-aula)**
- Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho
- A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Oraís

Instrutor:

*Desembargador Marcio Tulio Viana – TRT da 3ª
 Região*

Em seguida, dedicaram-se a aprender a fazer.

Com a coordenação do Juiz do Trabalho Substituto Alessandro da Silva, da 12.ª Região, instrutor do curso, ministrou-se aula sobre técnica processual de instrução, voltada para o importante tema relativo à perícia na Justiça do Trabalho. O instrutor apresentou os problemas mais comuns, oferecendo alternativas práticas de solução, o que incluiu estratégias para formulação e deferimento de quesitos. Segundo o professor, o objetivo principal da atividade consistiu na diferenciação entre “causalidade técnica e causalidade jurídica”. Com isso, deixou explícito aos alunos que, na análise das ações acidentárias, cada um tem seu papel e que “ao juiz incumbe identificar e consolidar a causalidade jurídica”, sem transferir essa responsabilidade para o perito.

O Desembargador do Trabalho aposentado Márcio Túlio Viana proferiu aula sobre instrução processual, com ênfase na oitiva das partes e testemunhas. O instrutor, com larga experiência profissional como magistrado do trabalho e como professor universitário, expôs a complexidade do universo que se estabelece na audiência trabalhista. Coexistem, como ensinou o magistrado, dois processos, um formalizado nos autos e o outro correspondente às expectativas, aos medos, às certezas e aos desejos dos litigantes, seus patronos e testemunhas.



Desembargador Marcio Tulio Viana desenvolve técnica de instrução trabalhista com os Alunos-Juizes do 18.º CFI



Oficina de Decisão Processual desenvolve habilidades práticas nos Alunos-Juizes

• **Laboratório Judicial (7 horas-aula)**
Oficina de Instrução Processual
- Prática de Instrução Judicial Trabalhista em
Vara do Trabalho

Instrutores:
Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira
Amaro Santos – TRT da 10ª Região
Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova
Diniz – 3ª VT de Itajaí/SC



Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos



Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos

O 18.º CFI continuou privilegiando atividades de laboratório, possibilitando aos Alunos-Juízes o desenvolvimento do saber fazer.

Sob a coordenação de experientes instrutores – Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos, da 10.ª Região, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, da 12.ª Região –, foram dedicadas sete horas à Oficina de Instrução Processual. As tarefas incluíram debates, a partir de questões práticas do dia a dia que enfrentarão nas Varas do Trabalho.

O saber fazer constituiu importante núcleo da formação inicial dos magistrados, que cumpriram 55 horas de laboratórios de conciliação, instrução e decisão processual.

Também trabalharam com os Alunos-Juízes os Ministros José Roberto Freire Pimenta, Alexandre de Souza Agra Belmonte e Augusto César Leite de Carvalho.



Ministro José Roberto Freire Pimenta

• **Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais – Aspectos Práticos (3 horas-aula)**

- *Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito*
- *Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais*

Instrutor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta - TST



Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

- Indenização por Danos Morais no Processo do Trabalho e Fixação do Valor Indenizatório e seus Problemas*

Instrutor:

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – TST

O Ministro José Roberto Freire Pimenta proferiu aula sobre Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais – Aspectos Práticos, disciplina que se iniciou com o Professor Thomas da Rosa de Bustamante, da Universidade Federal de Minas Gerais, com aspectos da teoria geral a respeito do tema. O Ministro José Roberto Freire Pimenta, que é professor da Pontifícia Universidade Católica do mesmo estado, propôs aos alunos a leitura e o debate sobre casos práticos e complexos julgados nas várias instâncias da Justiça do Trabalho.

Ao analisar os julgados pretéritos, de primeiro e segundo grau e do TST, a partir das ferramentas hermenêuticas debatidas no plano teórico, os juízes exercitaram-se para alcançar o aprendizado das decisões judiciais (saber fazer).

Os magistrados estudaram decisões do Tribunal Superior do Trabalho nos processos E-ED-RR-120300-89.2003.5.01.0015 e E-ED-ED 116800-90.2009.5.24.0006, entre outros. No primeiro, a Corte debruçou-se sobre a licitude da atividade profissional dos provadores de cigarros e, no segundo, examinou a colisão entre o direito à intimidade e o direito à proteção da saúde pública, na imposição da troca de uniformes no mesmo vestiário, uns trabalhadores na presença de outros.

Os Alunos-Juízes ainda se dedicaram a saber.

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula) *Aspectos Polêmicos da Prescrição Trabalhista*

Instrutor:

*Ministro Augusto César Leite de Carvalho – TST e
Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT*

Primeiramente, sob a orientação do Ministro Agra Belmonte, as atenções voltaram-se ao problema da fixação do valor da indenização por danos morais. O Ministro, autor do livro *Tutela da composição de danos morais nas relações de trabalho*, discorreu sobre sua técnica judicial de arbitramento das indenizações.

A prescrição trabalhista, em seus aspectos mais controvertidos, com a densidade doutrinária que se exige de magistrados, foi a tema focalizado em aula pelo Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Doutor em Direito das Relações sociais pela Universidade Castilla La Mancha. O Ministro iniciou com a conceituação do instituto, segundo Pontes de Miranda, e se dobrou na análise das inúmeras hipóteses e problemas oriundos na contagem dos prazos prescricionais.

As possíveis leituras da Súmula 294 do TST, as diversas teses da prescrição de direitos da personalidade e alguns dos debates concretos, retirados da jurisprudência trabalhista, estiveram presentes. A exposição culminou com o conceito de prescrição adotado por Márcio Túlio Viana, também instrutor do Curso de Formação Inicial, para quem “a prescrição disfarça uma negociação privada da norma de ordem pública. O empregado tem o direito indisponível, mas não o reclama, trocando-o pela permanência – ainda que precária – no emprego”.



Ministro Augusto César Leite de Carvalho

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Acidentes de Trabalho

Instrutor:

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST



Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

Os alunos do 18.º Curso de Formação Inicial da ENAMAT refletiram sobre dois temas importantes para sua preparação à jurisdição.

O Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão proferiu aula sobre acidentes de trabalho, doenças profissionais, prevenção e desdobramentos desses eventos nas relações de trabalho. O Ministro, que é autor do livro *Acidente do Trabalho e Responsabilidade Civil do Empregador*, apresentou aos magistrados aspectos relevantes e práticos do assunto, principalmente no que diz respeito à necessidade de tutela específica e suficiente a direitos tão fundamentais, como os direitos à segurança e à saúde.

Em seguida, e durante todo o restante do dia de trabalho, o Desembargador do Trabalho Roberto Basilone Leite, da 12.ª Região, coordenou o laboratório de Decisão Processual III, que tem por núcleo as decisões urgentes, em liminar e tutela antecipada.

Depois da exposição sobre as bases teóricas da decisão de pedidos urgentes, na dinâmica da atividade, os alunos debateram, em pequenos grupos, casos concretos em que o Juiz deveria despachar determinado pedido, redigiram proposta de solução e examinaram com os demais colegas a alternativa assumida. A intensa troca de posicionamentos e suas razões tornou a tarefa muito produtiva.

No Curso de Formação Inicial, os laboratórios judiciais, tanto de conciliação quanto de instrução e julgamento, ocupam posição central.



• Laboratório Judicial (5 horas-aula)

Oficina de Decisão Processual – Parte III *- Tópicos da Tutela de Urgência*

Instrutor:

Desembargador do Trabalho Roberto Basilone Leite – TRT da 12.ª Região/SC

Desembargador do Trabalho Roberto Basilone Leite



Oficina de Decisão Processual no 18.º CFI



• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
Atuação do MPT: Tutela do Meio-Ambiente Natural e do Trabalho

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Humberto Cesário – VT de Campo Novo do Parecis/MT

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Humberto Cesário



• **Laboratório Judicial (1 hora-aula)**
Atuação do Oficina de Decisão Processual – Parte IV

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

Como atividades do 18.º CFI, realizado pela ENAMAT, os Alunos-Juizes participaram de aulas, laboratório e, por meio de visitas monitoradas, estágios supervisionados.

As atividades envolveram aulas sobre meio ambiente do trabalho, sob a responsabilidade do Juiz Titular de Vara do Trabalho João Humberto Cesário, da 23.ª Região, e sobre aplicação das normas da Organização Internacional do Trabalho no Direito brasileiro, que teve como instrutor o Consultor do Senado Federal Jorge Luiz Fontoura Nogueira.

Os laboratórios prosseguiram dessa vez com a Oficina de Decisão Processual, sob a coordenação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, da 2.ª Região, membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT no biênio 2013/2015. Com intuito prático, os magistrados em formação analisaram e debateram a solução dos problemas propostos, tendo em vista a prolação de virtual sentença.

• Estágios Supervisionados

*Visita às Varas Trabalho: Foro de Brasília – DF
(4 horas-aula)*

Grupo A



Alunos-Juizes em visita a Varas de Trabalho de Brasília – Grupo A

Grupo B



Alunos-Juizes em visita a Varas de Trabalho de Brasília – Grupo B

Os estágios supervisionados desenvolveram a competência do Juiz para integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional, com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção.

Nos estágios, foram realizadas visitas ao Supremo Tribunal Federal e ao Foro de primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 10.^a Região. Na Suprema Corte, os Alunos-Juizes tiveram a oportunidade de acompanhar a sessão plenária de julgamento. Já no Foro, as atividades inseriram-se em ação mais ampla. Com antecedência, os alunos receberam os processos digitalizados das pautas que acompanhariam em algumas das Varas da Capital Federal e estudaram cada um deles como se fossem conduzir as instruções. Em grupos, durante dois dias, acompanharam as instruções dos colegas das diversas Varas do Trabalho.

Concluindo as visitas, o Juiz da instrução atribuiu a cada grupo um processo sobre o qual os Alunos-Juizes deveriam prolatar individualmente, no prazo de uma semana, a sentença. Esse material constituiu uma das fases de avaliação dos Alunos-Juizes, realizada pela Comissão de Avaliação, que, para o 18.^o CFI, foi composta por um Juiz do Trabalho da 9.^a Região e por dois Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 12.^a Região.

• Visita ao Supremo Tribunal Federal – STF (4 horas-aula)



Alunos-Juizes do 18.^o CFI – Respectivamente, grupo A e B – são recepcionados no STF pelo Ministro Marco Aurélio

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
Aplicação das Normas da OIT no Direito Brasileiro

Instrutor:

Professor Doutor Jorge Luiz Fontoura Nogueira



Professor Doutor Jorge Luiz Fontoura Nogueira

• **Laboratório Judicial (1 hora-aula)**
Oficina de Decisão Processual – Parte IV

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
 – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do
 Diretor da ENAMAT*



Juiz Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT

No estudo de Temas Contemporâneos, o Professor Doutor Jorge Luiz Fontoura Nogueira explanou sobre a Aplicação das Normas da OIT no Direito Brasileiro.

Em laboratório Judicial, os Alunos-Juizes realizaram, ainda, a quarta atividade prática de decisão processual, sob a orientação do Juiz de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Assessor da Direção e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT.



Professor Doutor Jorge Luiz Fontoura Nogueira

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
O Direito Penal e a Atuação do Juiz do Trabalho

Instrutor:

*Professor Doutor Ricardo Hasson Sayeg – Pontifícia
 Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)*

Dando seguimento à semana de atividades do Curso de Formação Inicial, os alunos participaram de aula acerca das implicações penais da atuação do Juiz do Trabalho.

Em classe, Ricardo Sayeg, advogado e professor da PUC de São Paulo, procurou abordar e debater com os magistrados as principais interseções entre as atividades do Juiz do Trabalho e as regras do Direito Penal. As implicações são muitas, conforme se discutiu. O maior núcleo de interesse dos alunos consistiu nas providências de caráter penal que o Juiz se vê obrigado a tomar, quando, no exercício de sua jurisdição, percebe a prática de ilícito criminal.

A aula teve precípua finalidade prática, com a discussão de situações concretas e alternativas de procedimento a serem adotadas pelo Juiz do Trabalho.



Participantes do 18.º CFI assistem à aula sobre Direito Penal e atuação do Juiz do Trabalho

• Laboratório Judicial (5 horas-aula)

Oficina de Instrução Processual

- Prática de Argumentação Jurídica Judiciária em Processo Instrutório

Instrutor:

Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT da 10.ª Região

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.ª VT de Itajaí/SC – TRT 12.ª Região



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz e Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just



No 18.º CFI, professores realizam Oficina de Instrução Processual

Os Alunos-Juizes participaram de laboratório de instrução processual, sob a coordenação da Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just e do Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz, oriundos, respectivamente, da 10.ª e da 12.ª Região.

Seguindo a estratégia pedagógica das oficinas, os alunos foram defrontados com problemas plausíveis de ocorrer na jurisdição e convocados a apresentar solução. O confronto das ideias, opiniões e alternativas de saída para as situações fáticas constituiu o motor de preparo dos Juizes em formação.



Alunos desenvolvem atividades práticas de instrução processual



Ministro Maurício José Godinho Delgado

• **Temas Contemporâneos (3 horas-aula)**
Estado do Bem-Estar Social e Direito do Trabalho

Instrutor:

Ministro Maurício José Godinho Delgado – TST



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze

• **Administração Judiciária (2 horas-aula)**
- *Gestão Processual de Vara do Trabalho*
- *Cogestão e Inovação Judiciária*
- *Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho*

Instrutores:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze –
Juiz Auxiliar da Presidência do TRT da 4.ª Região*

Os Alunos-Juizes debateram com o Ministro Maurício Godinho Delgado os temas definidos para a disciplina Estado de Bem-Estar Social e Direito do Trabalho. O Ministro, que também é professor universitário e autor de obras de referência no Direito do Trabalho, apresentou a formatação do Estado de bem-estar e propôs as interseções entre as garantias constitucionais e a prática do Juiz do Trabalho.

O Ministro destacou que a Constituição da República brasileira goza de admiração e prestígio entre os países ocidentais, em razão de ter colocado a dignidade da pessoa como vértice do sistema normativo. Chamou a atenção dos Juizes para a necessidade de construção do Direito do Trabalho a partir dessa opção política.

Desenvolvendo atividades de aprender a fazer, a turma debruçou-se sobre a questão relacionada à gestão de material e pessoal nas Varas do Trabalho. Sob a coordenação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze, da 4.ª Região, os Alunos-Juizes receberam informações sobre métodos de gestão na unidade judiciária, abrindo debate sobre as implicações práticas que as decisões estratégicas importam na prestação de serviços públicos indispensáveis.



Alunos do 18.º CFI participam de aula proferida pelo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Por seu turno, o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Presidente da 7.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, realizou palestra em que apresentou as diretrizes principais da Lei n.º 13.015/2014, bem como do perfil do sistema de precedentes previsto para vigor com o novo Código de Processo Civil. Destacou a importância da contextualização e da boa fundamentação das sentenças, para estabilização da jurisprudência por parte dos Tribunais Superiores.

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
O Sistema Recursal e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores

Instrutor:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Alunos--Juizes fazem simulação de trabalho na Oficina de Instrução Processual



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackrad



Alunos-Juizes atuam na Oficina de Instrução Processual

- **Laboratório Judicial (8 horas-aula)**
- Oficina de Instrução Processual*
- *Cogestão e Inovação Judiciária na Direção Processual*
- *Dinâmica Social Aplicada na Direção Processual*

Instrutores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackrad – VT de Currais Novos/RN

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2ª VT de Recife/PE



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

- **Laboratório Judicial (2 horas-aula)**
Oficina de Decisão Processual – IV
- Caso Sequencial – Petição Inicial

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
– Membro do Conselho Consultivo e Assessor do
Diretor da ENAMAT



Professor e Alunos-Juizes debatem questões sobre decisão processual



Alunos-Juizes participam de atividade prática de decisão processual



Os trabalhos realizados no 18.º CFI incluíram, ainda, uma oficina de Oficina de Instrução Processual, que teve como instrutores os Juízes Titulares de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, da VT de Currais Novos – RN, e Agenor Martins Pereira, da 2.ª VT de Recife – PE. Nas atividades desenvolvidas durante a oficina, foram trabalhados os temas Cogestão e Inovação Judiciária na Direção Processual e Dinâmica Social Aplicada na Direção Processual. Os Alunos–Juízes fizeram simulação de trabalho em grupo, atuando de maneira prática para alcançarem a competência necessária à condução da instrução processual no exercício da judicatura.

A oficina de decisão processual realizou-se sob a coordenação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT. Os Alunos–Juízes receberam uma entrevista de um virtual reclamante, a partir da qual, em grupos, foram instados a formular a petição inicial correspondente. Perceber os desafios que envolvem as decisões estratégicas de todos os envolvidos no processo judiciário, e não apenas conhecer a perspectiva do Juiz, constituiu a finalidade do exercício do caso sequenciado. Ao final, receberam a petição inicial consolidada, que foi contestada pelos alunos.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Dórea Martinez Carreiro ministra aula sobre aspectos práticos das ações sindicais

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Aspectos Práticos das Ações Sindicais

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Dórea Martinez Carreiro – 9.ª VT de Salvador/BA

Luciano Dórea Martinez Carreiro, Juiz Titular de Vara do Trabalho em Salvador, 5.ª Região, e professor universitário nas disciplinas Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, ministrou aula em que abordou as ações e os problemas mais comuns da prática judiciária, em matéria sindical. Desde a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, as questões envolvendo representação sindical e os vários dissídios possíveis en-

tre os sindicatos e seus integrantes passaram à responsabilidade do Juiz do Trabalho.

Na exposição, o Juiz Luciano Carreiro apontou aspectos relevantes e controvertidos da organização e da representatividade dos sindicatos, destacando o caráter democrático da decisão de desmembramento de entidades sindicais. Ao analisar a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, destacou: “É incomparável a extensão, o alcance e a legitimação de uma convocação feita no seio de um sindicato legalmente constituído com aquela convocação realizada por um grupo de insurgentes”. Concluiu que, “mesmo sem votar, os integrantes da entidade sindical que não tenham intenções dissociativas podem, antes de iniciada a tomada da decisão separatista, tentar convencer os seus companheiros a permanecerem irmanados”.

• Efetividade da Execução Trabalhista (4 horas-aula)

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber
– 2ª VT de Campo Grande/MS*

O Juiz Titular de Vara do Trabalho em Campo Grande, 24.ª Região, Júlio César Bebber, Doutor em Direito pela USP e professor universitário, desenvolveu dois assuntos com os Alunos-Juízes. Na diretriz saber fazer, apresentou aos magistrados e debateu com eles problemas práticos visando à maior efetividade da execução trabalhista. Depois, ministrou aula sobre os aspectos mais relevantes do mandado de segurança no processo do trabalho.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Júlio César Bebber



Alunos-Juízes participam de sessão da SBDI-1 do TST

• Estágios Supervisionados (2 horas-aula)

Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-1-TST

O 18.º CFI deu continuidade aos estágios supervisionados com a participação dos Alunos-Juízes em sessões de julgamento da Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-1-TST, objetivando a vivência da prática judiciária dos Tribunais Superiores.

Os estágios supervisionados buscaram desenvolver a competência do Juiz para integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional, com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

• **Orientação sobre as Sessões dos Órgãos Judicantes do Tribunal Superior do Trabalho (1 hora-aula)**

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
– Membro do Conselho Consultivo e Assessor do
Diretor da ENAMAT*

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT, ministrou, ainda, orientações aos participantes sobre as sessões dos Órgãos Judicantes do Tribunal Superior do Trabalho.



Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just

• **Laboratório Judicial (5 horas-aula)**

*Oficina de Decisão Processual – Parte I
- Tópicos da fase de Execução Trabalhista*

Instrutores:

*Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT
da 10.ª Região
Juiz Titular de Vara do Trabalho Paulo Sérgio
Mont’Alverne Frota – 7.ª VT de São Luís/MA*

Com ênfase nas atividades práticas, o 18.º CFI ofereceu aos Alunos-Juizes a Oficina de Decisão Processual (Laboratório Judicial), em que foram desenvolvidos tópicos da fase de execução trabalhista, com a tutoria da Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just, do TRT da 10.ª Região e do Juiz Titular da 7.ª Vara do Trabalho de São Luís (MA) Paulo Sérgio Mont’Alverne Frota. O laboratório realizou-se com exposição dos instrutores sobre a questão trabalhada e, em seguida, por meio de dinâmicas de grupo e estudo de caso. Os Alunos-Juizes puderam desenvolver competência para efetivar a execução trabalhista pelo domínio de instrumentos jurídicos e metajurídicos.



Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just

Ainda nesta etapa de estudos do CFI, os participantes assistiram à aula sobre deontologia profissional aplicada, proferida pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, que explanou sobre o código ético do magistrado e sobre o Juiz do Trabalho e o exercício da função jurisdicional, não só apresentando os fundamentos do tema, mas também expondo exemplos da realidade da magistratura. A finalidade principal da aula foi desenvolver competências nos Alunos-Juizes para cumprir os preceitos éticos aplicáveis à profissão e exercer o papel político institucional do cargo como integrante do Poder Judiciário, ante seus objetivos, valores e desafios.



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST

- **Deontologia Profissional Aplicada (3 horas-aula)**

Instrutor:
Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do TST

O Juiz Titular da Vara do Trabalho de Guarai (TO) Rubens Curado Silveira, Conselheiro do CNJ, ministrou, ainda, aula com foco nas tecnologias aplicadas à magistratura, quando tratou dos tópicos sobre os convênios interinstitucionais e a efetividade da jurisdição e sobre as ferramentas de informática para uso do Juiz. O estudo desenvolvido teve como objetivo desenvolver habilidades e competências para que os novos Juizes possam, no exercício da jurisdição, utilizar com eficiência as tecnologias da informática. Foram analisadas as principais ferramentas: Infojud, Renajud e Bacenjud e as atividades de aprendizagem demandaram o uso de notebooks para acesso, de forma prática, às ferramentas examinadas.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira

- **Tecnologias Aplicadas à Magistratura (4 horas-aula)**

Convênios Interinstitucionais e Efetividade da Jurisdição
Ferramentas de Informática para Uso do Juiz

Instrutor:
Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira – VT de Guarai/TO e Conselheiro do CNJ

A 18.ª edição do CFI foi marcada por algumas importantes disciplinas de aprender a ser. Ministrou aula sobre o tema Juiz Integral o Desembargador do Trabalho aposentado Ney José de Freitas, que cumpriu carreira na magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, órgão em que chegou a exercer a Presidência, além de ter integrado o Conselho Nacional de Justiça. A disciplina integra a questão sobre deontologia profissional aplicada e, ao ministrá-la, o professor desenvolveu importantes conceitos práticos acerca do perfil esperado para o magistrado contemporâneo. Os debates sobre o tema se iniciaram em aula anterior, proferida pelo Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.

Os alunos debruçaram-se, ainda, com a experiente instrução do professor José Pio Martins, Reitor da Universidade Positivo, sobre as dificuldades e opções que devem tomar no âmbito da educação financeira e do planejamento previdenciário.

Com a orientação da Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Fernandes, da 5.ª Região, que focalizou o tema Relacionamento com a Sociedade e a Mídia, os magistrados participantes do 18.º CFI puderam conhecer as inúmeras possibilidades de atuação como cidadãos. A professora apresentou o perfil do Juiz integrado à sociedade em que serve, visando à participação em atividades de adensamento da cidadania. Entre outras práticas, pôde explicar os efeitos do programa Trabalho Justiça e Cidadania, adotado há anos pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

No universo do aprender, aproveitaram-se os Alunos-Juizes do conteúdo do debate proposto pela Ministra Kátia Magalhães Arruda, acerca das diversas facetas da precarização do trabalho. Essa tarefa culminou com a convocação dos novos Juizes para a responsabilidade de enfrentar, ao integrar a Justiça do Trabalho, a proteção contra a precarização.

A instrução sobre as normas do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT, foi o tema da aula do Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Azevedo Silva, que atua em Brasília e participou do desenvolvimento do sistema durante a gestão do Ministro João Oreste Dalazen à frente da Presidência do TST.

• O Juiz Integral

Instrutor:

*Desembargador do Trabalho Ney José de Freitas –
TRT da 9.ª Região*



Aula de Deontologia Profissional Aplicada é ministrada no 18.º CFI



Desembargador do Trabalho Ney José de Freitas



Professor Doutor José Pio Martins

• **Educação Financeira e Previdenciária (2 horas-aula)**

Educação Financeira

Instrutor:

Professor Doutor José Pio Martins – Reitor da Universidade Positivo de Curitiba/PR

• **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**

Relacionamento do Magistrado com a Sociedade

- Trabalho, Justiça e Cidadania: o Juiz-Cidadão e o Cidadão-Juiz

Instrutora:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Lopes Fernandes – VT de Itapetinga/BA



Juíza Titular de Vara do Trabalho Rosemeire Lopes Fernandes

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

A Precarização do Trabalho no Brasil

Instrutora:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST e Vice-Diretora da ENAMAT

• **Processo Eletrônico (2 horas-aula)**

O Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho: Aspectos Práticos do Sistema

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva – 1.ª VT de Taguatinga/DF



Ministra Kátia Magalhães Arruda



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre de Azevedo Silva



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava realiza laboratório de decisão processual com alunos do 18.º CFI

• **Laboratório Judicial (2 horas-aula)**
Oficina de Decisão Processual – Parte IV
 - *Caso Sequencial*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
 – *Membro do Conselho Consultivo e Assessor do*
Diretor da ENAMAT

No laboratório de decisão judicial, coordenado pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, concluiu-se a atividade conhecida por caso sequenciado, com a prolação das sentenças pelos Alunos-Juizes.



Grupos de Alunos-Juizes desenvolvem atividades práticas de elaboração de decisão processual

• **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia (2 horas-aula)**
PAINEL - Relacionamento do Magistado com o
Ministério Público do Trabalho e com a Auditoria
Fiscal do Trabalho

Coordenador:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
 – *Membro do Conselho Consultivo e Assessor do*
Diretor da ENAMAT

Participantes:

Procurador do Trabalho Erlan José Peixoto do
Prado – Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do
Trabalho, Representante do Ministério Público do
Trabalho

Auditor Fiscal do Trabalho Cláudio Secchin –
Representante da Auditoria Fiscal do Trabalho



Alunos-Juizes participam de painel sobre relacionamento com a sociedade e a mídia

Os estudos dessa fase se encerraram com o debate interinstitucional sobre Relacionamento com a Sociedade e a Mídia, que contou com a participação do Procurador do Trabalho Erlan José Peixoto do Prado e do Corregedor da Auditoria-Fiscal do Trabalho, Cláudio Secchin. A partir das perspectivas e experiências de cada expositor, os Alunos-Juizes tomaram contato com a realidade das instituições que, com a Justiça do Trabalho, tratam da proteção dos direitos fundamentais do cidadão trabalhador. Ambos transmitiram a importante mensagem da necessidade de constante aproximação entre Auditores, Procuradores e Juizes, para o alcance da excelência do cumprimento de suas finalidades constitucionais.

• **Estágios Supervisionados (2 horas-aula)**
Sessão das Turmas do TST

• **Técnica de Decisão Judicial (2,5 horas-aula)**•
- Lógica da Decisão Judicial
- Ferramentas de Informática para Uso do Juiz

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker – VT de Paracatu/MG



Alunos-Juizes acompanham sessão de julgamento de Turma do TST



Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker



Alunos-Juizes do 18.º CFI realizam estágio em Turma do TST



Alunos-Juizes aprendem técnica de decisão judicial

Em sua fase final, o 18.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho Substitutos voltou-se para a realização de estágio pelos Alunos-Juízes junto às oito Turmas do TST.

O acompanhamento de parte da sessão das Turmas, cujas pautas reúnem centenas de processos, acresceu aos magistrados aspectos práticos, não somente do funcionamento do TST, mas, principalmente, das peculiaridades do sistema de julgamento colegiado. A riqueza do debate, do qual surgiram posições amadurecidas dos julgadores, foi amplamente observada pelos novos Juízes.

No total, foram destinadas, no 18.º CFI, 13 horas-aula aos estágios supervisionados, que incluíram, além das Turmas do TST, visitas às Varas do Trabalho do Foro de Brasília – DF; participação em sessão do pleno do Supremo Tribunal Federal e da SBDI-1 do TST; e orientação sobre as sessões dos órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho.

• **Psicologia Judiciária Aplicada (2,5 horas-aula)**
O Mundo Interno e o Juiz

Instrutora:

*Vera Elisabethe Hartmann – Psicóloga,
Psicoterapeuta e Psicanalista*

Com a orientação da Psicóloga, Psicanalista e Psicoterapeuta gaúcha Vera Elisabethe Hartmann, os Magistrados debruçaram-se sobre os problemas em torno do tema *O Mundo Interior e o Juiz*. Questões ligadas à estrutura psíquica dos atos decisórios e seus desdobramentos, buscando identificar a melhor forma de o juiz enfrentar essa difícil incumbência de julgar seus semelhantes compreenderam a atividade.

Aprender a ser é um dos eixos de organização das disciplinas do Curso de Formação Inicial da ENAMAT.

Em período posterior, e durante as demais horas de atividade dessa etapa, o curso dividiu-se em Oficinas de Processo Judicial Eletrônico e Psicologia Judiciária.

O Juiz Titular da Vara do Trabalho de Paracatu, Minas Gerais, Fabiano de Abreu Pfeilsticker, que participou da redação dos manuais de utilização do PJe-JT, editados pela ENAMAT, acompanhou os Alunos-Juízes ao laboratório e, após a apresentação do sistema, possibilitou o efetivo uso da ferramenta. A oficina ganhou relevo especial porque toda a Justiça do Trabalho, em breve, exercerá suas atividades com auxílio do sistema, desenvolvido para e pela instituição.



Psicóloga, Psicoterapeuta e Psicanalista Vera Elisabethe Hartmann



Alunos-Juízes desenvolvem atividades sobre o tema *O Mundo Interno e o Juiz*

- **Laboratório Judicial (1hora-aula)**

- *Oficina de Decisão Processual – Parte IV*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

- **Temas Contemporâneos**

- *PAINEL - Impacto Econômico e Social das Decisões Judiciais*

Coordenador:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST

Participantes:

Professor Doutor Márcio Pochmann – Presidente da Fundação Perseu Abramo/SP

Professor Clemente Ganz Lucio – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)



Professor Doutor Márcio Pochmann, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e Professor Clemente Ganz Lucio

- **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia**
Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social

Instrutora:

Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento – Coordenadora de Rádio e TV do TST



Alunos-Juizes assistem à aula sobre relacionamento do magistrado com a mídia

Os Alunos-Juizes participaram, ainda, da quarta fase do Laboratório Judicial sobre decisão processual, por meio de oficina específica, em que desenvolveram atividades de dinâmicas de grupo, estudo de caso e simulação, com ênfase nos tópicos de procedimentos especiais, sob a orientação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT.

Em Temas Contemporâneos, o 18.º CFI realizou um painel sobre a questão relativa ao impacto econômico e social das decisões judiciais, que teve como coordenador o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do TST, e como palestrantes o Professor Doutor Márcio Pochmann, Presidente da Fundação Perseu Abramo (SP) e o Professor Clemente Ganz Lucio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O objetivo dos debates ocorridos nessa aula foi proporcionar aos Alunos-Juizes a oportunidade de atualizarem-se criticamente sobre esse importante e atual tema para a prestação jurisdicional.

Também foi estudado o tema alusivo ao relacionamento da Justiça com a sociedade e a mídia, em aula ministrada pela Jornalista Patrícia Resende, Coordenadora de Rádio e TV do TST. O foco recaiu sobre a preparação dos Alunos-Juizes para, no exercício da jurisdição, ter um bom relacionamento com a imprensa. O conteúdo reuniu aspectos teóricos e práticos do universo jornalístico, principalmente sobre a interação do Judiciário com a mídia. Os participantes adquiriram conhecimentos sobre o conceito de notícia, o funcionamento das diferentes mídias (jornais, sites, rádios e TVs) e a melhor forma de lidar com elas.



Ministro Paulo de Tarso Sanseverino

O Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do Superior Tribunal de Justiça, proferiu aula a respeito da qualificação da indenização por danos morais, tema também de grande interesse e relevância na atualidade, por isso inserido na abordagem mais ampla de Temas Contemporâneos, que permitiu aos Alunos-Juizes adentrarem nessa questão complexa e realizarem uma atualização crítica. Após a exposição do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, os participantes apresentaram várias questões e debates sobre o assunto tratado.

• Temas Contemporâneos

Qualificação da Indenização por Danos Morais

Instrutor:

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino – STJ



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

• **Laboratório Judicial (1hora-aula)**
Oficina de Decisão Processual – Parte IV

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava – Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT



Ministro Lelio Bentes Corrêa

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
Direitos Humanos e Proteção contra Despedida Discriminatória: Súmula n.º 443 do TST

Instrutor:

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Encerrando a 18.ª edição do Curso de Formação Inicial da ENAMAT, desenvolveram-se atividades na Oficina de Decisão Processual, realizada sob a orientação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, que integra o Conselho Consultivo da ENAMAT no biênio 2013-2015. Em seguida, os Alunos-Juizes tomaram parte de aula proferida pelo Ministro Lelio Bentes Corrêa, acerca de direitos humanos e proteção contra despedida arbitrária, sob a ótica da Súmula n.º 443 do TST.



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do TST, aposentado; Ministro Augusto César Leite de Carvalho, do TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; e Professora Doutora Gabriela Neves Delgado, da UnB

• **Temas Contemporâneos**
Princípios do Direito do Trabalho e Contemporaneidade

Coordenador:

Ministro Augusto César Leite de Carvalho – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Participantes:

- *Ministro Carlos Alberto Reis de Paula – TST (aposentado)*
- *Professora Doutora Gabriela Neves Delgado – Universidade de Brasília (UnB)*



Palestrantes desenvolvem o Painel sobre Princípios do Direito do Trabalho e Contemporaneidade

A última tarefa do Curso reuniu, no painel sobre princípios do Direito do Trabalho e Contemporaneidade, o Ministro aposentado Carlos Alberto Reis de Paula e a Professora da Universidade de Brasília Gabriela Neves Delgado. Com a mediação do Ministro Augusto César Leite de Carvalho, os Magistrados ouviram as explicações dos integrantes do painel sobre as raízes e os princípios do Direito do Trabalho e sobre os questionamentos que traz a pós-modernidade. Refletir sobre a atualidade dos princípios que deram origem a esse ramo do conhecimento humano constituiu o núcleo dos debates.

Aprendendo, aprendendo a ser, aprendendo a fazer – durante cinco intensas semanas de trabalho, os 87 novos Juízes do Trabalho Substitutos aplicaram-se no Curso de Formação Inicial, etapa obrigatória para o vitaliciamento, segundo a Constituição.

• Atividades de Estudo (4 horas-aula)

Aos Alunos-Juízes foram destinadas 4 horas de aula com o objetivo de propiciar o aprofundamento do estudo dos temas relacionados à formação profissional do Magistrado do Trabalho, mediante leitura e reflexão, e a elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação, como componente curricular.

Os horários programados como atividade de estudo foram cumpridos nas dependências da ENAMAT e ficaram sujeitos a controle de frequência.

• Cerimônia de Formatura (2 horas-aula)

Local: Auditório Ministro Mozart Victor Russomano – TST

Participaram da Cerimônia de Formatura do 18.º Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, o Diretor da ENAMAT, Ministro João Oreste Dalazen, a Vice-Diretora, Ministra Kátia Magalhães Arruda, vários Ministros e servidores do TST e da ENAMAT.

O Diretor da ENAMAT, em seu discurso, ressaltou que o Juiz ideal deve ser um profissional despojado de vaidades, arrogância e orgulho. “Não se olvidem, jamais, que o poder é transitório e ilusório”, destacou o Ministro.

Os Juízes do Trabalho Substitutos Fabiano Fernandes Luzes, da 3.ª Região e Brígida Costa, da 23.ª Região, oradores da turma, assinala-

ram em seus pronunciamentos que os Juízes são aqueles que buscam a pacificação social, “figura que, para muitos, é a última possibilidade de dignificar a própria cidadania”.

Em seguida, a Vice-Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda, fez um discurso enaltecendo o engajamento do Diretor, Ministro João Oreste Dalazen, à frente da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O Presidente do TST, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen destacou que os alunos por ora são juízes porque dominam a técnica, mas magistrados serão dependendo do desenvolvimento da carreira. “O magistado domina a técnica e a transcende porque se insere na comunidade onde atua a fim de restaurar a paz social e tem plena convicção das consequências sociais e econômicas das suas decisões. Não é uma ilha, não é um juiz míope, é um juiz com horizonte aberto”.

Os alunos homenagearam o coordenador do 18.º Curso de Formação Inicial da ENAMAT, Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT, e o servidor da Escola, Carlos Eduardo Betini de Albuquerque Lins.



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST, fala aos formandos do 18.º CFI



Juiz do Trabalho Substituto Fabiano Fernandes Luzes, do TRT da 3.ª Região, e Juíza do Trabalho Substituta Brígida Della Rocca Costa, do TRT da 23.ª Região, oradores da turma do 18.º CFI



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava, Membro do Conselho Consultivo, Assessor do Diretor da ENAMAT e Coordenador do 18.º CFI, recebe homenagem dos formandos por meio de seus representantes Juiz do Trabalho Substituto Luciano José de Oliveira, do TRT da 2.ª Região, e Juíza do Trabalho Substituta Cinara Raquel Roso, do TRT da 2.ª Região



Formandos e convidados durante a Cerimônia de Formatura do 18.º CFI



Mesa de Honra da Cerimônia de Formatura: Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT; Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST; e Ministra Kátia Magalhães Arruda, Vice-Diretora da ENAMAT.



Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da ENAMAT, e Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST, entregam certificado de conclusão do 18.º CFI a Juíza do Trabalho Substituta



Formandos e convidados durante a Cerimônia de Formatura do 18.º CFI

TV ENAMAT



A TV ENAMAT disponibilizou, a partir do dia 26 de fevereiro de 2015, as palestras e debates que fizeram parte do painel O Novo CPC e o Processo do Trabalho, evento que compôs a abertura do 18.º Curso de Formação Inicial, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

O vídeo, que a princípio estava disponível apenas para os Alunos-Juízes do 18.º CFI, teve sua divulgação ampliada, diante da relevância do tema, para todos os operadores do Direito.

O painel foi coordenado pelo Ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e contou com a participação dos Desembargadores do Trabalho Edilton Meireles, do TRT da 5.ª Região (BA); Sérgio Torres Teixeira, do TRT da 6.ª Região (PE), bem como do Professor Doutor Estevão Mallet, da Universidade de São Paulo (USP).

O vídeo possui 2h38min de duração e trata dos principais artigos do novo código que têm relação com o processo trabalhista e das questões polêmicas que envolveram sua confecção e tramitação.

BIBLIOTECA ON LINE DA ENAMAT



A ENAMAT disponibilizou, por meio de sua Biblioteca on line, o conteúdo relativo ao Seminário de Direito Comparado, realizado em novembro de 2014.

O conteúdo constante da Biblioteca abrange os dois dias de debates ocorridos no evento, que focalizou o funcionamento da Justiça do Trabalho de três países – Argentina, Uruguai e Brasil.

O acesso à Biblioteca possibilita aos magistrados obter o conhecimento do teor desses debates, os quais contemplaram as seguintes questões que foram tema do Seminário: direito individual do trabalho – patamar legal mínimo

de proteção em termos de jornada; remuneração e saúde do trabalhador; proteção do trabalhador na terceirização; proteção do trabalhador contra a despedida injustificada; direito coletivo – sistema de organização sindical; e direito processual – sistema judicial trabalhista, estrutura, características e efetividade.

Os expositores que contribuíram com o conteúdo examinado no evento são o Professor Oscar Zas, da Universidade do Prata, o Professor Hugo Barreto, da Faculdade de Direito do Uruguai, e o Ministro do TST Maurício Godinho Delgado.

ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT

• Instituição da Comissão de Avaliação Do 18.º CFJ



ATO.ENAMAT.Nº 1/2015

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica instituída a Comissão de Avaliação do 18.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho, com a seguinte composição:

I – Desembargadora do Trabalho VIVIANE COLUCCI (TRT da 12.ª Região);

II – Desembargador do Trabalho ROBERTO BASILONE LEITE (TRT da 12.ª Região);

III – Juiz Titular de Vara do Trabalho EDUARDO MILLÉO BARACAT (TRT da 9.ª Região).

Art. 2.º A Comissão tem por objetivo assessorar a Direção da ENAMAT na aferição de aproveitamento para a conclusão do 18.º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional, conforme a Resolução ENAMAT n.º 2/2009, devendo concluir suas atividades até o dia 25 de março de 2015.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho

• Pagamento de Diárias a Juízes Participantes do Curso de Formação Inicial



ATO ENAMAT N.º 002 de 13 de fevereiro de 2015

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (ENAMAT), no uso de suas atribuições estatutárias e legais,

CONSIDERANDO que, conforme consta do Processo Administrativo TST n.º 501.324/2012-6, a ENAMAT decidiu pagar diária aos alunos-juízes participantes do Curso de Formação Inicial, módulo nacional;

CONSIDERANDO que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, então, fixou a diária em R\$ 399,10;

CONSIDERANDO que a última atualização do valor da diária, no início de 2013, majorou-a para R\$ 460,50;

CONSIDERANDO que o valor de R\$ 460,50, na ocasião, resultou do redutor de 17,76% sobre o valor da diária oficial assegurada a juízes do trabalho de primeiro grau;

CONSIDERANDO a atualização do valor da diária pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão na Justiça do Trabalho, por força do Ato GP n.º 78/2015, de 12 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO a autonomia orçamentária das escolas judiciais, nos termos da Resolução 159, de 7 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, de que deriva a competência do Diretor da ENAMAT para a atualização do valor da diária aplicável às atividades desenvolvidas na Escola Nacional;

RESOLVE

Art. 1.º É fixado em R\$ 702,86 (setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos) o valor da diária paga pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados aos alunos-juízes participantes do Curso de Formação Inicial, módulo nacional.

Art. 2.º Será paga diária no mesmo valor fixado no artigo 1.º aos instrutores da ENAMAT que não integrem o Poder Judiciário.



Art. 3.º O aluno convocado para atividades na Escola Nacional e os instrutores têm direito ao adicional de deslocamento.

Art. 4.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Dalazen", is written over a horizontal line.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho

• 27/02/2015 – Escola Judicial do TRT da 17.^a Região



“A Justiça do Trabalho começa uma nova era com a Lei nº 13.015/2014.” A afirmação foi feita pelo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho do Tribunal Superior do Trabalho e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT na palestra que realizou sobre o tema O Sistema Recursal Trabalhista e a Lei n.º 13.015/2014, no início do ano letivo na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 17.^a Região, no dia 27 de fevereiro.

O tema atraiu muitos profissionais da área do Direito e outros interessados. O auditório ficou repleto de magistrados, servidores e estudantes de Direito, e o evento contou, ainda, com a presença de diversas autoridades do Judiciário trabalhista e do Ministério Público do Trabalho.

Ao final da palestra, houve debates sobre a questão tratada e o Ministro Vieira de Mello Filho respondeu as perguntas dos participantes.

PALESTRAS REALIZADAS

- **Ministro recebe comenda**



Ministro Vieira de Mello recebe a Ordem Capixaba do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grã-Cruz

Antes do início do encontro, o Ministro Vieira de Mello foi condecorado com a Ordem Capixaba do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grã-Cruz. Coube ao Desembargador Carlos Henrique Bezerra Leite fazer a entrega da medalha e do diploma. (Fonte: TRT da 17ª Região; Foto: Rafael Costa)

EQUIPE ENAMAT

SUBSECRETÁRIA ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

ASSESSORES DA DIREÇÃO DA ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson

José Valmir Santos Filho

ASSISTENTE DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA

Marizaura Augusto da Glória

SERVIDORES

Angela Cristina Ivanowski Santos

Anna Wasleka Rodrigues Maux

Arturo Buzzi Filho

Ben Hur Lopes de Oliveira

Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins

Edson Ribeiro de Souza

Eugenia Clemente de Oliveira

Fábio Soares Viana

Fernanda Truite Pereira Lima

Janete Chaves

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Joyce Ataide de Castro Martins

Luisa Martins Torres

Maria Esther Gondim Brandão

Michelle Santos Lobo

Roberto Ayrosa Pereira

Rodolpho Caitano da Silva Bandeira

Rosanne Cristina Colombelli Gontijo

Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua

EDITOR DE IMAGENS

Rodrigo de Castro Reys

ESTAGIÁRIOS

Rodrigo Rodrigues Lopes

Tayrine do Vale Meneses

SECRETÁRIAS

Jessyca Santana Lima

Josuene Guimarães Soares

GARÇOM

Ronaldo Diniz Souza Júnior

COLABORADORES DA ENAMAT

A ENAMAT contou com a valiosa colaboração de servidores de diversas unidades do Tribunal Superior do Trabalho para a execução dos cursos de formação, aos quais apresenta agradecimentos pela presteza e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

UNIDADES

- **Coordenadoria de Apoio aos Ministros (CAMIN)**
Divisão de Apoio aos Ministros (DIAA)
- **Coordenadoria de Material e Logística (CMLOG)**
Reprografia e gráfica
- **Coordenadoria de Rádio e TV (CRTV)**
- **Coordenadoria de Saúde (CSAUD)**
- **Coordenadoria de Segurança e Transporte (CSET)**
- **Divisão de Apoio e Registros Taquigráficos (DART)**
- **Secretaria de Comunicação Social (SECOM)**
(em especial à servidora Fernanda Sampaio, Mestre de Cerimônia)

Fotografias

Aldo Dias

Fellipe Sampaio

Najara Araújo



Impressão e acabamento:
Coordenadoria de Material e Logística
Tribunal Superior do Trabalho